

Educação Financeira na Escola: uma oficina para promover reflexões

Carolina Rodrigues Dias¹

Clarissa de Assis Olgin²

Resumo

Este artigo é um recorte da pesquisa referente à Educação Financeira no Ensino Fundamental, que visa contribuir no desenvolvimento de atividades didáticas para revisar e construir conceitos matemáticos a partir da temática proposta. Nesse trabalho, sugere-se o tema Educação Financeira como gerador de atividades envolvendo os assuntos referente ao salário mínimo, contracheque (proventos e descontos) e orçamento familiar, de forma a permitir o aprofundamento dos conteúdos matemáticos abordados no Ensino Fundamental, possibilitando ao aluno perceber a utilização desse conhecimento em situações da vida familiar, pessoal e em sociedade. Para os autores Silva e Powell a Educação Financeira na Escola deve estimular os estudantes, por meio de um processo de ensino, a analisar, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem. Nesse sentido, percebe-se a necessidade do entrelaçamento entre o conhecimento dos conteúdos matemáticos ao tema Educação Financeira, levando a formação integral dos estudantes, e para contemplar isso no Currículo de Matemática, propõe-se a sequência didática que será apresentada nessa oficina, cujo objetivo é apresentar atividades didáticas, que possibilitem aos estudantes desenvolverem conhecimentos matemáticos para que possam tomar descrições frente as questões financeiras, bem como refletir criticamente sobre as mesma.

Palavras-chave: Sequência didática; Educação Financeira na Escola; Educação Matemática Crítica.

Introdução

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (2017), as propostas pedagógicas e os currículos devem abordar temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, que contribuem para que a escola auxilie na formação de cidadãos conscientes e comprometidos.

O tema Educação Financeira relaciona-se, ainda, à Estratégia Nacional de Educação Financeira instituída por meio do Decreto Federal nº 7.397/2010, cujo objetivo é contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar iniciativas que ajudem a população a tomar

¹ Professora Mestra em Ensino de Ciências e Matemática. Universidade Luterana do Brasil. E-mail: rodriguescarol4@gmail.com

² Professora Doutora em Ensino de Ciências e Matemática. Universidade Luterana do Brasil. E-mail: clarissa_olgin@yahoo.com.br

decisões financeiras mais autônomas e conscientes. Esses documentos apontam a necessidade de relacionar os conteúdos matemáticos a situações do dia a dia dos alunos e mostrar suas aplicações.

Ainda, de acordo com Skovsmose (2007), o ensino da Matemática deve ser visto como um processo em constante construção, no qual se busca motivar o aluno a questionar, formular, testar e validar hipóteses, buscar exemplos, modelar problemas, verificar a adequação de sua resposta ao problema, construir formas de pensar que o levem a refletir e agir de maneira crítica. Dessa forma, pode-se direcionar o processo de ensino e aprendizagem a resolução de problemas, refletindo sobre os papéis desempenhados pela utilização da matemática na sociedade.

Nesse sentido, este artigo discute a temática na visão de uma Educação Matemática Crítica, considerando os Cenários de Investigação de Skovsmose (2014), salientando a importância de planejar situações nas quais os estudantes percebam a relevância de educar-se financeiramente, compreendendo as relações advindas dessa temática.

Para isso, entende-se que elaborar um conjunto de atividades relacionadas a uma temática relevante para formação do estudante, que leve o aluno a pensar de forma crítica é uma questão que deve ser discutida no Currículo de Matemática. Assim, a presente oficina tem como objetivo desenvolver atividades didáticas para revisar e construir conceitos matemáticos, utilizando a temática Educação Financeira.

Educação Matemática Crítica

Para Skovsmose (2001), um dos objetivos da educação deve ser preparar para uma cidadania crítica³ e o primeiro ponto – chave da Educação Crítica é o envolvimento dos estudantes no processo educacional. Sendo assim, é atribuída aos estudantes e professores uma *competência crítica*, a qual é destinada, principalmente, aos estudantes, por dois motivos. Primeiro, devido ao “fato” deles já terem experiências, já que possuem referências da realidade em que estão inseridos. A outra razão é o “princípio”, pois se uma educação pretende desenvolver uma competência crítica, para tal competência deve haver o diálogo entre professor e aluno, permitindo ao professor identificar assuntos relevantes para seus alunos, porque para construir uma competência crítica o assunto não poderá ser imposto, mas desenvolvido com base no conhecimento prévio entre os envolvidos nessa relação.

³ Preparar os alunos para sua futura participação nos processos de trabalho na sociedade, ampliando, também, para os aspectos da vida social, cultural e política (SKOVSMOSE, 2001, p.87).

Outro ponto-chave mencionado pelo autor é ter uma visão crítica dos conteúdos, pois um dos problemas educacionais emerge em virtude da organização carente dos currículos, ou seja, das poucas práticas de sala de aula que expõem a essência da Matemática. Ainda, complementa o autor que um Currículo será crítico, se levar em consideração os aspectos referentes a aplicabilidade, os interesses, as funções e as limitações do assunto (SKOVSMOSE, 2001).

Nesse sentido, entende-se que a Educação Matemática Crítica pode fundamentar as atividades didáticas, envolvendo o tema Educação Financeira Escolar, pois busca os conhecimentos matemáticos dentro do contexto social, utilizando-se da realidade para desenvolver competências com base no conhecimento já existente, direcionando o processo de ensino e aprendizagem à resolução de problemas, refletindo sobre os papéis desempenhados pela utilização da Matemática na sociedade.

Para Skovsmose (2001), o último ponto-chave da Educação Crítica não está inserido no processo educacional, pois está relacionado com problemas existentes fora do universo da Educação. Ele acredita que os problemas estudados devem ser relevantes para os alunos e dentro de seus interesses, pois, se não o forem, não será um problema para eles e nem terão o desejo de resolvê-lo.

Além disso, se as questões possuírem uma relação próxima “com problemas sociais objetivamente existentes” (SKOVSMOSE, 2001, p.20), a abordagem desses conceitos poderá ser feita levando-se em conta as questões relacionadas à vida em sociedade.

Considerando os aspectos apontados, entende-se que a Educação Crítica proposta por Skovsmose (2001) está diretamente relacionada ao foco principal deste trabalho, que é desenvolver atividades didáticas com a temática Educação Financeira Escolar e os conteúdos matemáticos, visando, também, refletir sobre os conceitos advindos dessa temática e seus impactos na vida em sociedade.

Para o autor, a Matemática escolar se constitui, quando se acompanha o desenvolvimento dos estudantes, por meio de suas sucessivas descobertas de possibilidades, conceitos e ações que passam a fazer sentido para a resolução de novos problemas.

Pensar em aprendizagem como ação nos leva diretamente à ideia de pesquisa e investigação (SKOVSMOSE, 2014). De acordo com as pesquisas e observações de Skovsmose (2014) a aula de matemática é dividida em duas partes: primeiro, o professor apresenta algumas ideias e técnicas matemáticas e, depois, os alunos trabalham com exercícios selecionados. Com isso, destaca-se que a Educação Matemática tradicional se enquadra no paradigma do exercício.

Segundo o autor existem três tipos de referência e dois paradigmas das práticas de sala de aula, que compõem os *ambientes de aprendizagem*, conforme se pode observar na Figura 1.

Quadro 1 – Ambientes de aprendizagem

	Exercícios	Cenário para Investigação
Referências à matemática pura	O ambiente tipo (1) é aquele dominado por exercícios apresentados no contexto da “matemática pura”.	O tipo (2) é caracterizado como um ambiente que envolve números e figuras geométricas.
Referências à semirrealidade	O ambiente tipo (3) é constituído por exercícios com referências à semirrealidade, ou seja, a pessoa que constrói esse exercício não faz uma investigação empírica sobre o assunto trabalhado, é uma situação artificial.	O ambiente (4) também contém referências a uma semirrealidade, mas agora ela não é usada como um recurso para a produção de exercícios, sendo um convite para que os alunos façam explorações e explicações.
Referências à realidade	No ambiente de aprendizagem do tipo (5), são elaborados exercícios baseados em situações da vida real.	Um ambiente de aprendizagem (6), refere-se a atividades que envolvam situações reais, tornando possível aos alunos produzirem diferentes significados para as mesmas.

Fonte: retirado de Dias (2019).

Mover-se do paradigma do exercício em direção ao cenário para investigação pode contribuir para a ruptura do ensino tradicional de matemática e engajar os alunos ativamente em seus processos de aprendizagem, o que pode resultar em reflexões sobre a matemática e suas aplicações.

Dessa forma, o conjunto de atividades propostas nessa oficina, percorre os diferentes ambientes de aprendizagem como sugere Skovsmose (2014). Considera-se importante que os alunos e professores, juntos, construam seus percursos nesses diferentes ambientes.

Assim, essa oficina está relacionado com as propostas de uma Educação Matemática Crítica, na qual os alunos têm a opção de investigar e construir conceitos que envolvam assuntos presentes em seu cotidiano, visando desenvolver os conteúdos matemáticos, o que proporciona a formação de um estudante que saiba tomar decisões cabíveis frente à temática em estudo.

Educação Financeira na Escola

Ao longo da última década, os governos de vários países desenvolvidos ou emergentes demonstraram preocupação crescente com o baixo nível de conhecimento financeiro de seus cidadãos. Tal preocupação, inicialmente, foi originada pelo impacto do encolhimento de sistemas públicos e privados de cuidados/bem-estar, envelhecimento populacional e suas

consequências previdenciárias, além dos os processos de sofisticação e expansão de serviços financeiros (OLGIN; GROENWALD, 2018).

Esse fato levou a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), no ano de 2003, a apresentar uma proposta de Educação Financeira, influenciada pelo interesse de seus países membros. Tal proposta intitulada *Financial Education*⁴, visava desenvolver estudos que produzissem relatórios que fornecessem informações e sugerissem ações aos formuladores de políticas públicas, dos países membros, para que pudessem melhorar a Educação Financeira e a conscientização de seus cidadãos (SILVA; POWELL, 2013).

Os estudos e ações da OCDE culminaram em um documento intitulado *Recomendações sobre Princípios e Boas Práticas de Educação Financeira e Conscientização* destinados aos países membros e incluiu a temática da Educação Financeira em sua pauta de discussão, entendendo que a

Educação Financeira é o processo pelo qual consumidores e investidores aprimoram seu entendimento em relação a conceitos e produtos financeiros, e, alicerçados em informação, instrução e/ou consultoria direta, desenvolvem habilidades e confiança que os torna conscientes das oportunidades e riscos financeiros, para fazer escolhas informadas, mais capazes de obter informação adicional para fazer escolhas, saberem onde buscar ajuda e de assumirem outras ações efetivas a fim de melhorar a sua proteção e o seu bem-estar financeiro (SILVA; POWELL, 2013, p. 7)

Esse conceito passou a ser adotado pelos países membros da organização na construção de suas propostas de Educação Financeira.

O Brasil não é um país membro dessa organização, mas mantém relações de cooperação e participação. Diante dessa proposta da OCDE, o governo brasileiro, no ano de 2010, instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF - através do Decreto nº 7379, com o objetivo de trabalhar o tema Educação Financeira e Previdenciária, buscando, também, o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do Sistema Financeiro Nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores (BRASIL, 2010).

As principais ações da ENEF destinadas aos cidadãos brasileiros são: disseminar ações alinhadas à Estratégia Nacional de Educação Financeira; a Semana Nacional de Educação Financeira, na qual ocorrem diversas ações educacionais gratuitas, com o objetivo de disseminar a educação financeira, previdenciária e de seguros; elaboração do Mapa da

⁴ Educação Financeira (Tradução nossa).

Educação Financeira no Brasil, que visa auxiliar na busca por iniciativas de educação financeira realizadas no Brasil (BRASIL, 2010).

Além de ações, a ENEF programou a inserção da Educação Financeira nas escolas, cujo objetivo é educar as crianças e adolescentes para lidar com o dinheiro de maneira consciente. Dessa forma, conta com dois documentos norteadores que, são as Orientações para Educação Financeira nas Escolas e Orientações para Educação Financeira de Adultos (BRASIL, 2010).

Os autores Silva e Powell (2013) apontam três aspectos de um estudante que é educado financeiramente ou possui um pensamento financeiro. O primeiro refere-se à demanda de consumo ou a alguma questão financeira, assim, o estudante “analisa e avalia a situação de maneira fundamentada, orientando sua tomada de decisão valendo-se de conhecimentos de finanças, economia e Matemática” (SILVA; POWELL, 2013, p.12-13). Para isso, os conceitos da Matemática Financeira contribuem para o entendimento de aspectos operacionais.

No próximo aspecto, o estudante “opera segundo um planejamento financeiro e uma metodologia de gestão financeira para orientar suas ações (de consumo, de investimento, etc.) e a tomada de decisões financeiras a curto, médio e longo prazo” (SILVA; POWELL, 2013, p.12-13). Assim, é prudente planejar pensando nas intempéries da vida. O aluno deve ser confrontado com diversas situações, para evitar desperdícios, verificar a viabilidade e possibilidade de guardar dinheiro, fazer seguros diversos ou investimentos.

No terceiro aspecto, o estudante possui pensamento financeiro se “desenvolveu uma leitura crítica das informações financeiras veiculadas na sociedade” (SILVA; POWELL, 2013, p.12-13). Dessa forma, acredita-se que a Educação Financeira Escolar consiste no julgamento crítico que se pode aprender a fazer em relação às mensagens publicitárias a respeito de produtos de consumo e planejamento financeiro.

Com isso, entende-se que essa investigação vai ao encontro das pesquisas de Silva e Powell para construir o conceito de Educação Financeira Escolar. Assim,

a Educação Financeira Escolar constitui-se de um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino, que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem (SILVA; POWELL, 2013, p. 12).

Cabe ressaltar que a Educação Financeira na Escola, proposta para o desenvolvimento de atividades didáticas, no Currículo de Matemática do Ensino Fundamental, visa trabalhar essa

temática utilizando-se dos conhecimentos matemáticos para a análise crítica de assuntos envolvendo finanças.

Metodologia da Pesquisa

Esse trabalho baseou-se na abordagem qualitativa que, segundo D'Ambrósio (2004), possibilita realizar uma análise detalhada da situação pesquisada, permitindo analisar e compreender as situações particulares em que o objeto do estudo se insere. Assim, o foco centra-se nos processos e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes (OLIVEIRA, 2010).

A oficina será desenvolvida em três momentos: discussão sobre o salário mínimo, preenchimento de contracheque e reflexões sobre orçamento doméstico. Todos os questionamentos, reflexões e anotações serão registrados em um questionário, de acordo com a Figura 2.

Quadro 2 - Questionário

Reflexões
O que você pensa sobre o valor do salário mínimo?
O que você acha que é possível comprar com o salário mínimo?
Quantas pessoas podem viver com esse salário?
Sobre o que compõem um salário, você tinha conhecimento?
Você compreendeu o que é renda líquida? Conseguiu calcular a renda líquida da família?
Para construir o orçamento familiar, o que você levou em consideração? Qual o motivo?
Liste cada item justificando.

Fonte: adaptado de Dias (2019).

Para a discussão acerca do salário mínimo, apresenta-se o valor do salário mínimo do ano de 2019 e quais necessidades deve suprir. Na sequência, apresenta-se possíveis descontos e proventos de um contracheque, bem como calcular. Para preencher um contracheque, apresenta-se duas situações problemas que envolvem duas famílias distintas e os membros que as compõe.

A partir dos salários apresentados na atividade anterior e o cálculo de renda líquida familiar, apresenta-se uma problemática sobre orçamento doméstico. Questionando-se sobre o

que se pode pagar/comprar com a renda calculada de cada família, avaliando as necessidades básicas de cada membro, para então construir um orçamento doméstico.

Sequência didática envolvendo a temática Educação Financeira na Escola

Para explorar o tema Educação Financeira desenvolveu-se uma sequência de atividades que buscam integrar os conceitos matemáticos com o salário mínimo e situações com contracheques de trabalhadores, que possibilitem reflexões relativas as questões de poder de compra, necessidades domésticas, orçamento e direitos.

O primeiro momento refere-se ao assunto salário mínimo, que é o menor valor pago pelo empregador ao empregado, sendo esse valor fixado por lei, a fim de atender as necessidades básicas do trabalhador e sua família, tais como, moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, higiene, previdência e vestuário (BRASIL, 1988).

Nesse momento, utilizou-se uma reportagem digital publicada no site *Salário Mínimo* que informa o valor do salário mínimo para o ano de 2019, com o intuito de promover a reflexão sobre a composição salarial e oportunizar o desenvolvimento de questões trabalhistas no Currículo de Matemática, conforme a Figura 3.

Figura 1 – Salário mínimo

Você sabia que no Brasil temos um salário mínimo?

O salário mínimo é o menor valor pago pelo empregador ao empregado. Esse valor fixado por lei precisa atender as necessidades básicas do empregado, tais como:

- Moradia
- Alimentação
- Educação
- Saúde
- Lazer
- Higiene
- Previdência
- Vestuário

(DINIZ, 2000; OLIVEIRA, 2004)

Valor em vigor desde o dia 01/01/2019:
R\$998,00

Art. 4º - Constituição
O valor do salário mínimo corresponde ao menor valor que o empregador pode pagar aos seus funcionários. É estabelecido por lei e válido no País inteiro, seja para trabalhadores urbanos ou rurais. O **salário mínimo atual** é descrito na Constituição Federal de 1988 como a remuneração capaz de atender às necessidades vitais básicas do empregado e às de sua família. Isso inclui moradia, alimentação, saúde, educação, vestuário, higiene, lazer, transporte e previdência social.

O reajuste periódico dele com a finalidade de preservar o poder aquisitivo do cidadão também é previsto na Constituição.

Toda vez que o valor do **novo salário mínimo** vai ser definido, o governo toma como base o percentual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dois anos antes e busca cobrir a variação da inflação do ano anterior. De acordo com esse cálculo, o **salário mínimo 2019** em vigor desde o dia 1 de janeiro, foi fixado em R\$998,00.

Aqui você encontra tudo o que precisa saber sobre esse assunto. Conheça a história do salário mínimo no Brasil consulte também uma tabela de salário mínimo que mostra o valor da remuneração a cada reajuste, desde a sua instituição.

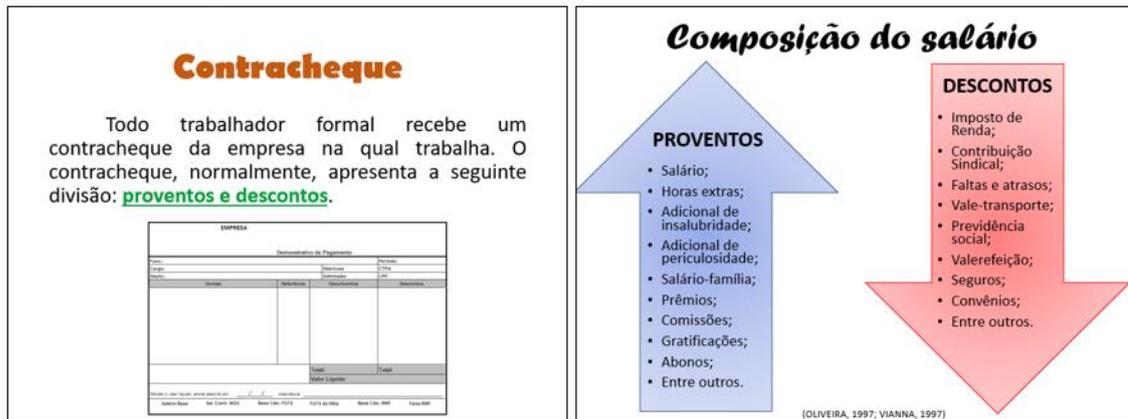
Fonte: <https://www.salariominimo.net.br/>

Fonte: adaptado de Dias (2019).

Essa atividade baseia-se em informações da vida real, os quais oferecem de acordo com Skovsmose (2014) um ambiente de aprendizagem do tipo (6), assim, espera-se que o participante compreenda o que é o salário mínimo, leia a reportagem proposta, discuta com os demais participantes, e, em seguida responda às questões do questionário já apresentado.

Após introduzir o tema salário mínimo, buscou-se tratar dos aspectos relativos às questões de salário, remuneração, receita e, com isso, abordar alguns proventos e descontos que podem fazer parte de um contracheque, bem como a realização de seus cálculos (Figura 4).

Figura 2 – Composição do salário



Fonte: adaptado de Dias (2019).

Após conversar com os participantes a respeito dos proventos e descontos do contracheque, propõe-se que calculem os proventos e descontos dos contracheques dos trabalhadores das Famílias 1 e 2 (Figura 5).

Figura 3 – Apresentação das famílias



Fonte: a pesquisa.

Objetiva-se nessa atividade, que o aluno compreenda o que é salário, remuneração, salário líquido e que um contracheque está dividido em proventos (Hora-extras, salário família, insalubridade, etc.) e descontos (INSS, Faltas, IRRF, etc.) e que existem cálculos que permitem verificar se os proventos ou descontos estão corretos. Para isso, está disponível, na apresentação, o conceito e valores percentuais de cada item citado acima, conforme a Figura 6.

Figura 4 – Exemplos de Proventos e Descontos

Vale-Transporte



O desconto referente ao Vale-Transporte (VT), que é um benefício que o empregador antecipa ao empregado para despesas com deslocamento da residência ao trabalho e do trabalho a residência. A empresa está autorizada a descontar uma parcela equivalente a até **6%** de salário básico (VIANNA, 1997).

Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS)

Em 1990, foi criado para receber as contribuições dos empregados, tendo a função de realizar os pagamentos de aposentadoria, auxílio-doença, pensão por morte, auxílio-acidente, entre outros benefícios. A previdência social caracteriza-se por ser um seguro para o qual todo empregado contribui, sendo descontado mensalmente, durante todo período trabalhado (OLIVEIRA, 1997).

Salário de contribuição (R\$)	Alíquota
Até R\$ 1 751,81	8%
De R\$ 1 751,82 a R\$ 2 919,72	9%
De R\$ 2 919,73 até R\$ 5 839,45	11%

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

O FGTS, em um contracheque, não representa proventos e nem descontos, pois o empregador precisa depositar, obrigatoriamente, **8%** da remuneração paga no mês anterior a cada trabalhador, a título de FGTS. Esse busca auxiliar o trabalhador, em caso de encerramento da relação de emprego, conforme previsto na CLT (OLIVEIRA, 2004).



SALÁRIO-FAMÍLIA

Pago a trabalhadores com salário de até R\$ 1.212,64 para auxiliar no sustento dos filhos com menos de 14 anos e daqueles que, maiores de 14, tiverem invalidez.

Salário-contribuição do trabalhador	Cota do salário-família
De R\$ 0,00 até R\$ 907,77	R\$ 46,54
De R\$ 907,78 até R\$ 1 364,43	R\$ 32,80

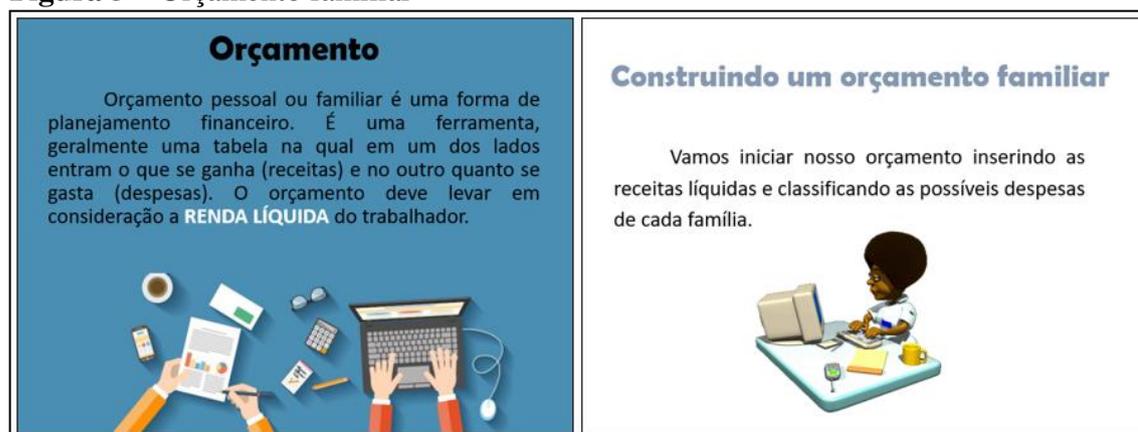


Fonte: adaptado de Dias (2019).

Dessa forma, a resolução e os cálculos matemáticos que envolvem essa situação, se enquadra no paradigma do exercício (1). Assim, a atividade como um todo perpassa o paradigma do exercício até alcançar o cenário de investigação com referências a realidade (6), no qual os alunos são convidados a se envolverem em processos de exploração e argumentação justificada, por possibilitar aos alunos explorar assuntos que envolvem questões trabalhistas (SKOVSMOSE, 2014).

O próximo assunto a ser trabalhado é orçamento, conforme a Figura 7. O objetivo é explorar as diferentes classificações que as despesas podem ter, para que, no orçamento, fique evidente em que categoria houve maior gasto, para análise e organização do planejamento da família, o que pode levar a evitar futuros desperdícios.

Figura 5 – Orçamento familiar



Fonte: adaptado de Dias (2019).

O último momento, também traz a ideia do ambiente (6), por possibilitar ao aluno refletir sobre a importância de realizar um orçamento familiar e buscar alternativas para solucionar possíveis problemas financeiros (SKOVSMOSE, 2014). Com as discussões anteriores, os participantes devem classificá-las em Despesas Fixas, Variáveis, Extras ou Eventuais. No campo Receitas, espera-se que os participantes adicionem os salários líquidos dos trabalhadores da respectiva família.

Esse conjunto de atividades pretende proporcionar uma reflexão sobre o salário mínimo e seu impacto na economia doméstica. Para isso, os conceitos da Matemática Financeira contribuem para o entendimento de aspectos operacionais. Essa forma de compreender a importância da Matemática na sociedade chama a atenção para o fato de que os problemas matemáticos devem ter significado para o aluno, necessitam estar ancorados nas práticas sociais e articulados com os conteúdos de Matemática.

A alfabetização matemática ou matemacia⁵ pode conduzir ao que Skovsmose (2014) chamou de poder formatador da Matemática. Ele acredita que a mesma pode ser utilizada como meio de transformação social. Como uma sociedade tecnológica dependente dela, acredita-se que atividades como elaboração de um contracheque e orçamento familiar, em sala de aula, podem emancipar o indivíduo, dotando-o de um pensamento reflexivo, capaz de mudar o meio em que vive e transformar a sociedade para novas realidades.

Considerações finais

Entende-se que as atividades didáticas com o tema Educação Financeira, precisam ser desenvolvidas ao longo do Currículo de Matemática do Ensino Fundamental, porque o tema

⁵ Segundo Skovsmose (2014), a matemacia refere-se ao domínio do conhecimento matemático, de sua lógica, suas representações, capazes de tornar o ser humano apto a gozar de sua cidadania plena.

pode desenvolver as habilidades e as competências necessárias para que os estudantes analisem questões que envolvam o contexto social no qual está inserido, reflita sobre as necessidades de diferentes famílias, realize planejamentos a curto, médio e longo prazo, verifique as oportunidades e os riscos envolvidos nas suas escolhas financeiras, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico e ação autônoma.

Assim, a sequência didática além de promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos, constituiu-se em contextos para as aplicações dos conceitos da Matemática Financeira e também proporciona ampliar e aprofundar esses conceitos. A oficina também explora os Cenários para Investigação que convida os alunos a formularem questões e procurarem explicações, a partir da situação proposta.

Agradecimento

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a bolsa de auxílio integral para o desenvolvimento dessa investigação.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 17 abr. 2017.

_____. **Decreto n. 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm> Acesso em: 17 abr. 2017.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pdf/4.2_BNCC-Final_MA.pdf> Acesso em: 17 maio. 2017.

GROENWALD, C. L. O.; OLGIN, C. de A. **Educação financeira no currículo de matemática do ensino médio**. Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Tecnologia, v.11, n. 2, p. 158 – 180, mai-ago, 2018.

D'AMBRÓSIO, U. **Prefácio.In: Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática**. Organizadores: Marcelo de Carvalho Borba e Jussara de Loiola Araújo. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

DIAS, C. R. **Uma engenharia didática para o desenvolvimento da temática educação financeira escolar no ensino fundamental**. 2019. 113 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Luterana do Brasil, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Canoas.

OLIVEIRA, M. M. 2010. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. (3ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Salário Mínimo 2019. Disponível em: <<https://www.salariominimo.net.br/>> Acesso em: 20 maio 2019.

SILVA, A. M.; POWELL, A. B. **Um programa de Educação Financeira para a Matemática Escolar da Educação Básica**. In: Encontro Nacional de Educação Matemática: retrospectivas e perspectivas, 11., 2013, Curitiba, Anais. Curitiba: 2013. Disponível em: <http://sbem.esquiro.kinghost.net/anais/XIENEM/pdf/2675_2166_ID.pdf> Acesso em 20 dez 2018

SKOVSMOSE, O. **Educação Matemática Crítica: a questão da democracia**. Campinas: Papyrus, 2001.

SKOVSMOSE, O. **Educação crítica: incerteza, matemática, responsabilidade**. São Paulo: Cortez, 2007.

SKOVSMOSE, O. **Desafios da Reflexão em Educação Matemática Crítica**. Campinas: Papyrus, 2008.

SKOVSMOSE, O. **Um convite à Educação Matemática Crítica**. Campinas: Papyrus, 2014.